



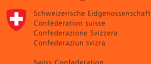
ACP OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

Migração, remessas e desenvolvimento em África: *o caso dos países lusófonos*



*Uma iniciativa do Secretariado ACP,
financiada pela União Europeia,*

*implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça,
da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*



Nota de informação

ACPOBS/2011/NI03

2011

Observatório ACP das Migrações

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e da Suíça. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quénia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório (www.acpmigration-obs.org). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2011 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

© 2011 Observatório ACP das Migrações

Documento elaborado por Nancy C. Tolentino e João Peixoto, SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa (membro do Consórcio do Observatório da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) das Migrações). O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do Observatório ACP das Migrações e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, da Confederação Suíça ou do UNFPA.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.



ACP

OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

Migração, remessas e desenvolvimento em África: *o caso dos países lusófonos*

Os Africanos migram sobretudo dentro do continente e constituem apenas 9% da população mundial que migra internacionalmente (UNDESA, 2009). A migração em África, para além de ser intra-regional, é instável, fomentada em grande medida pelos conflitos e pelas mudanças ambientais, registando-se elevados volumes de movimentos sazonais e taxas crescentes de participação feminina. Estes factores, entre outros, contribuem para o facto de **os países africanos receberem uma quantidade de remessas comparativamente reduzida relativamente a outras áreas beneficiárias do mundo desenvolvido.**

As remessas enviadas para África são mínimas, apesar de serem o tipo de fluxo financeiro mais previsível e estável

Este documento aborda a situação relativa à migração internacional e às remessas financeiras de um grupo de países africanos unidos por um idioma e uma história em comum, embora separados por muitos factores, **os países africanos lusófonos**, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.¹ Na primeira secção, é apresentada uma breve descrição geral das tendências actuais relativas à migração internacional africana e às remessas. Na segunda secção, é abordado o caso específico dos países africanos lusófonos, referindo alguns indicadores de desenvolvimento, tendências da migração internacional e remessas. Por último, são apresentadas algumas observações finais.

1. Migração africana: tendências passadas e presentes

África tem uma longa tradição de migração. No passado, a migração era determinada pela busca de segurança, de terra fértil para a agricultura e, posteriormente, pela dinâmica comercial entre a costa Este e a costa Oeste através do Sara. Mais tarde, o regime colonial alterou a motivação e a composição dos fluxos migratórios através da introdução e da implementação de várias estruturas económicas e políticas, estabelecendo fronteiras e impondo taxas.

Os migrantes africanos não são um grupo homogéneo. Têm diferentes origens, motivações e destinos.

¹ Para obter informações sobre remessas nos países ACP e sobre o respectivo impacto no desenvolvimento, aceda a [Nota de informação n.º 2](#).

Hoje em dia, **os migrantes africanos**, à semelhança da maior parte dos migrantes, **não são um grupo facilmente identificável, com origens, motivações e destinos semelhantes**. Como Jonsson (2009:6) refere:

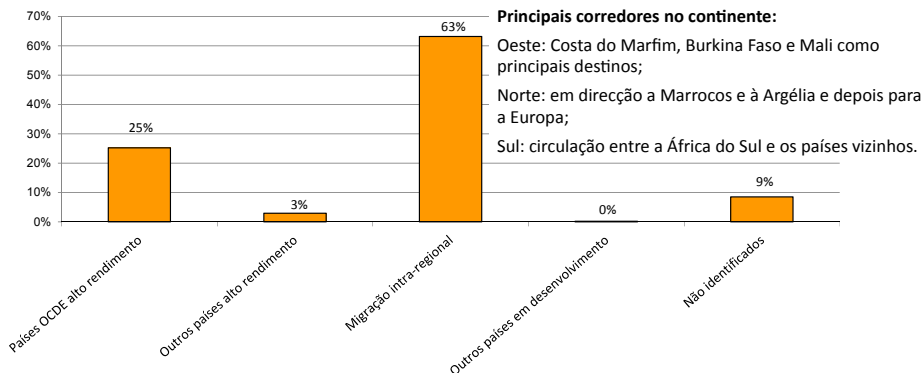
À medida que os investigadores começam a acumular mais conhecimentos empíricos sobre migração no continente africano, o cenário emergente é cada vez mais complexo. Este facto pode afectar a nossa interpretação dos padrões históricos que parecem depois mais simples e lineares, em contraste com a complexidade actualmente percebida. Assim, a observação da complexidade crescente pode derivar do facto de dispormos de mais dados agora do que no passado.

O movimento intra-regional é sobretudo favorecido pela porosidade das fronteiras, resultado, em parte, do elevado número de blocos de integração regional, que se traduz em muitos casos de migração temporária e irregular.

Padrões de migração internacional

Migração intra-regional. Actualmente, os migrantes africanos deslocam-se no respectivo país e, quando atravessam as fronteiras, costumam dirigir-se aos países vizinhos (Gráfico 1). As regiões Ocidental, do Sul e do Norte de África destacam-se pela elevada intensidade de movimentos em busca de trabalho, desencadeados por pólos atractivos como a Costa do Marfim, o Gana, a África do Sul e a Líbia. Em termos relativos para a população nativa, alguns países pequenos são sobretudo países de imigração, por exemplo os arquipélagos das Comores e das Seicheles.

Gráfico 1: Principais destinos dos emigrantes africanos subsarianos, 2005



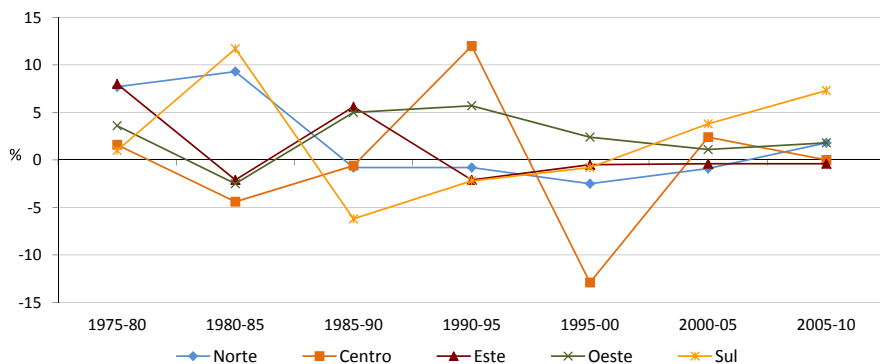
Fonte: Banco Mundial, 2008.

Instabilidade da migração. Outro factor, particularmente na região sul do Sara, é a instabilidade dos fluxos migratórios (Gráfico 2). De acordo com um estudo conduzido pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), entre 1975 e 2005, **a região africana que demonstrou maior instabilidade em termos de migração foi a África Central**, com uma variação das taxas de crescimento populacional de: 1,6% (1975-80), -4,4% (1980-85), -0,6% (1985-90), 12% (1990-95), -12,9% (1995-2000), 2,4% (2000-2005) e 0,6% (2005-2010). Os países que apresentaram maior instabilidade foram a República Centro-Africana e Angola.

Entre 1975 e 2005, a República Centro-Africana e Angola revelaram-se os países mais instáveis em termos de fluxos migratórios

Em oposição, **a região da África Ocidental foi a menos volátil em termos de migração, com taxas de crescimento maioritariamente positivas**. Países como a Costa do Marfim, a Gâmbia e o Burkina Faso distinguiram-se por uma elevada população de imigrantes (relativamente à população total).

Gráfico 2: Evolução da população migrante internacional nas sub-regiões² africanas (1975-2010) (cinco anos, %)



Fonte: Tolentino, 2009.

Os motivos para a **instabilidade dos fluxos entre 1975 e 1985 são essencialmente políticos** (anos de independência das potências europeias) e **económicos** (introdução de programas de ajustamento estrutural e respectivos custos sociais). As **décadas de instabilidade seguintes explicam-se, em grande medida, pelos conflitos**.

Conflitos. A história demonstrou que os conflitos não se limitam a um país; a réplica nos países vizinhos é praticamente certa e célere. Em África, são de referir os exemplos da guerra civil na Libéria (1989), que se estendeu à Serra Leoa (1991), seguida do golpe militar e da guerra civil na Costa do Marfim (1999 e 2002), que abalou a estabilidade da Guiné, da Guiné-Bissau e do Burkina Faso.

As taxas de crescimento positivas da migração na região da África Ocidental, expressas no Gráfico 2, significam que se verifica mais imigração do que emigração, fenómeno que parece um paradoxo, tendo em conta o número de conflitos referidos. No entanto, este fenómeno **é explicado pelo facto de a população que foge desses conflitos migrar para outros países da própria sub-região, explicando assim as elevadas taxas de imigração**. Esta situação não se verificou na região da África Oriental, onde o genocídio no Ruanda (1994) e a instabilidade permanente no Corno de África fizeram com que as pessoas se deslocassem para o centro (facto que explica os

² Neste trabalho, a divisão de África segue a realizada pela UNDESA (2009), excepto o facto de se incluir o Egipto e de se excluírem as ilhas da Reunião e de Santa Helena (uma vez que são dependências de França e do Reino Unido, respectivamente).

valores negativos, de 1990-95 até aos últimos anos). A instabilidade é parcialmente explicada pelos efeitos dos conflitos a Este e a Norte, ou seja, o conflito no Sudão e a sua influência directa sobre a estabilidade do Chade e da República Centro-Africana. A Norte, as taxas são essencialmente negativas, uma vez que os fluxos de saída ocorrem sobretudo para a Europa e os conflitos em determinadas zonas do Sudão (por exemplo no Darfur) continuam.

O crescimento negativo da população de imigrantes na África Austral, entre a década de 1980 e o novo século, pode explicar-se pelo facto de o apartheid ter durado até 1990, quando a Namíbia conquistou a independência, sendo que as primeiras eleições livres na África do Sul apenas ocorreram em 1994.

O crescimento positivo da população de imigrantes, observado em praticamente todas as sub-regiões neste século, **será uma consequência da prevalência da paz, algum progresso económico, estabilidade política** e o progresso em alguns blocos de **integração regional.**

As remessas financeiras estão estreitamente relacionadas com a migração e o desenvolvimento e são o tipo de financiamento externo mais previsível na maior parte dos países em desenvolvimento

Remessas financeiras

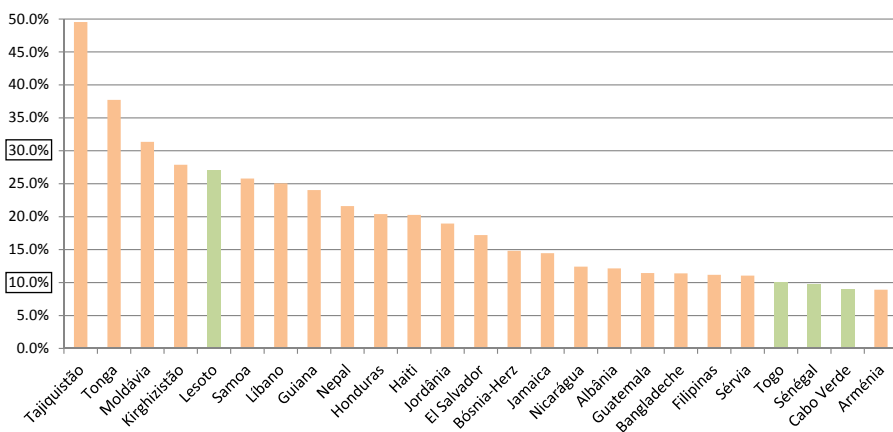
As remessas são a ligação mais óbvia entre migração e desenvolvimento, distinguindo-se dos outros fluxos de financiamento externo pela respectiva estabilidade, previsibilidade e por beneficiarem directamente as famílias. [Melde e Schicklinski \(2011\)](#) sintetizaram recentemente os principais desafios relacionados com conceitos e com a recolha de dados (particularmente relevantes em África, tendo em conta o peso dos canais informais utilizados pelos migrantes), principais tendências e impactos sobre o desenvolvimento e redução da pobreza em África.

As taxas de crescimento positivas ou negativas estão estritamente relacionadas com a existência de conflitos. Paz, progresso económico, estabilidade política e integração regional deram origem ao crescimento positivo da população de imigrantes em todas as sub-regiões africanas.

🕯 **A importância das remessas.** As remessas constituem o fluxo de financiamento externo de maiores dimensões, mais estável e previsível em muitas economias em desenvolvimento. Como pode ver-se no Gráfico 3, as remessas representam 9 a 35% do PIB em nove economias de países ACP, incluindo quatro países africanos: Lesoto, Togo, Cabo Verde e Senegal. O facto de a **África Subsariana ser a região com o maior fluxo de entrada de remessas não registado** (cerca de 50% superior ao fluxo de entrada registado) também tem de ser considerado.

🕯 **Serviços financeiros.** Os principais problemas a este respeito são a **falta de acesso a serviços financeiros, os custos de transferência elevados** (com grandes diferenças entre os corredores Norte/Sul e Sul/Sul) e o **ambiente institucional deficiente** em termos de regulamentação, concorrência e inovação.

Gráfico 3: Principais 25 receptores mundiais de remessas, % do PIB, 2008



Fonte: Banco Mundial e Singh, 2010. Os países africanos foram sinalizados pelos autores.

🕯 **Utilização e distribuição.** Ao nível macroeconómico, **as remessas são uma fonte importante de moeda estrangeira e poupanças**. Ao nível doméstico, as remessas são sobretudo utilizadas nas **despesas quotidianas, no ensino e na saúde**.

2. O caso dos países africanos lusófonos

Os países africanos lusófonos são Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Estes países partilham uma história comum, resultante de séculos de domínio colonial por parte de Portugal. A relação colonial terminou apenas em meados da década de 1970, após um conflito (particularmente em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) que durou até à transição de Portugal para a democracia em 1974. Actualmente, **estes países formam uma entidade designada PALOP** (“Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”). Estes países são também uma parte proeminente **da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**, uma organização intergovernamental formada em 1996 por Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, de que passou a fazer parte Timor-Leste em 2002.

Os países africanos lusófonos partilham a mesma história colonial

Os países africanos lusófonos são um grupo heterogéneo que faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Geografia, ambiente político-social e desenvolvimento

Apesar das muitas semelhanças resultantes do percurso histórico, **estes países constituem um grupo bastante heterogéneo** em termos de geografia, ambiente político-social e desenvolvimento. Estes países estão distribuídos por África Ocidental (Cabo Verde e Guiné-Bissau), África Central (Angola e São Tomé e Príncipe) e África Oriental (Moçambique). Incluem dois arquipélagos (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), um país de dimensões médias (Guiné-Bissau) e dois países de grandes dimensões (Angola e Moçambique). Estão afiliados a cinco blocos regionais diferentes: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade dos Estados do Sael e do Sara (CEN-SAD) e Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), bem como União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMAO). A dimensão populacional, o PIB per capita, o índice de desenvolvimento humano e o ambiente político-social são muito diferentes (Tabela 1).


Tabela 1: Países africanos lusófonos: diferenças em termos geográficos, político-sociais e de desenvolvimento


	Área (km2)	População (2006)	PIB per capita (USD, 2007)	Índice de desenvolvimento humano (classificação, 2007)	Ambiente político-social
Angola	1 247 000	16 000 000	3,623	143º	Praticamente estável
Cabo Verde	4000	518 000	2,705	121º	Estável
Guiné-Bissau	36 000	2 000 000	211	173º	Instável
Moçambique	802 000	20 000 000	364	172º	Praticamente estável
São Tomé e Príncipe	960	160 000	916	131º	Praticamente estável

Fonte: Banco Mundial e PNUD 2009.


Padrões de migração internacional

A migração internacional no passado e no presente é muito diferente nestes países, relativamente à dimensão, origem, destino e proporção de fluxos qualificados (Tabela 2). Apesar das limitações no que diz respeito ao rigor e actualização dos dados, podem apontar-se como características principais:

 **Angola**, excepto para o período pós-independência, é caracterizada por uma **emigração relativamente reduzida**; está a tornar-se uma região atractiva, recebendo imigrantes africanos e outros.

 **Cabo Verde** tem uma longa tradição de emigração, verificando-se uma diáspora considerável, sobretudo na Europa e nos EUA. Recentemente registou **fluxos de imigração crescentes**, de migrantes da África Ocidental a caminho da Europa.

 **A Guiné-Bissau** apresentou um **aumento considerável da emigração** desde a década de 1980.

 **Moçambique** apresenta um nível reduzido de emigração, **relacionado sobretudo com o sistema migratório da África Austral**.


 **Os fluxos migratórios de São Tomé e Príncipe são elevados em termos relativos**, embora reduzidos em termos quantitativos.

Tabela 2: Países africanos lusófonos: diferenças nos padrões de migração

	Stock de emigrantes (% da população, 2005)	3 destinos principais	Emigração qualificada (% ensino superior, 2000)	Stock de imigrantes (% da população, 2005)	3 origens principais	Saldo migratório internacional (2005-2010)*
Angola	3,3%	Portugal, Zâmbia, Namíbia	25,6%	0,4%	--	0,1%
Cabo Verde	35,8%	Portugal, Estados Unidos da América, França	69,1%	2,2%	São Tomé e Príncipe, Angola, Portugal	-0,5%
Guiné-Bissau	7,3%	Senegal, Portugal, Gâmbia	29,4%	1,2%	Senegal, Guiné, Gâmbia	-0,2%
Moçambique	4,1%	África do Sul, Tanzânia, Malawi	42,0%	2,1%	África do Sul, Portugal, Zimbabwe	0,0%
São Tomé e Príncipe	13,6%	Portugal, Cabo Verde, França	35,6%	4,8%	Angola, Cabo Verde, Portugal	-0,9%

Fonte: Banco Mundial e PNUD 2009.

Tal como se verifica no contexto africano, os fluxos de emigração foram instáveis, sendo que muitos estiveram relacionados com conflitos. Isto aconteceu particularmente em Angola e Moçambique, a partir da independência e até ao fim das guerras civis, e na Guiné-Bissau, após a independência e conflito de 1998-1999. Alguns fluxos de refugiados e de emigrantes ocorreram para os países adjacentes, em conformidade com as tendências migratórias intra-regionais africanas, ao passo que outros se dirigiram para a Europa. Nas últimas décadas, as migrações forçadas e económicas envolveram diferentes conjuntos de indivíduos e grupos, nomeadamente colonizadores

Vários elementos da abordagem dos sistemas migratórios (Kritz et al., 1992), frequentemente aplicados a cenários coloniais e pós-coloniais, contribuem para a compreensão da migração nos países lusófonos

e nativos, grupos étnicos e de origem mista, trabalhadores qualificados e pouco qualificados, com diferentes motivações, estratégias e destinos.

Apesar das respectivas especificidades, pode considerar-se que os países africanos lusófonos podem ser integrados num sistema migratório internacional comum, neste caso o sistema migratório lusófono (Baganha, 2009). De um modo geral, **vários elementos da abordagem dos sistemas migratórios** (Kritz *et al.*, 1992), **aplicados a cenários coloniais e pós-coloniais, contribuem para a compreensão da migração nestes países**. Os principais factores incluem um conjunto de relações mútuas (políticas, administrativas, comerciais, culturais, etc.) que facilitam e permitem a migração. A principal direcção geográfica dos fluxos migratórios pode variar com o tempo (uma possibilidade permitida pela teoria), representando uma perspectiva dinâmica dos fluxos internacionais.

A história colonial dos países africanos lusófonos é um componente importante que contribui para compreender os fluxos migratórios para dentro e para fora desses países

O sistema migratório lusófono foi inicialmente concebido para compreender o caso português, uma vez que muitas das suas ligações migratórias, tanto de saída como de entrada, envolveram outros países de língua portuguesa (Baganha, 2009). Segundo Baganha, o sistema foi inicialmente composto por Portugal e pelo Brasil, sendo posteriormente alargado aos países africanos lusófonos, sobretudo após a respectiva independência em meados da década de 1970. Pode considerar-se que o sistema adquiriu uma maior complexidade com o tempo, explicando actualmente os movimentos de e para Portugal, mas também vários fluxos que envolvem os restantes países.

Observando em detalhe, **os maiores fluxos do passado ocorreram entre Portugal e o Brasil** (uma ligação que permanece ainda bem viva), tendo em conta o período mais longo de intensa relação colonial entre os dois países. No contexto africano, os primeiros movimentos significativos levaram muitos colonos portugueses às colónias após meados do séc. XX, **a que se seguiu uma corrente sustentada de Cabo Verde para Portugal**, iniciada no final da década de 1960. Os **fluxos migratórios em massa para Portugal ocorreram após a descolonização em meados da década de 1970**, primeiro como um movimento politicamente induzido (com o auge na altura dos *retornados*, provenientes principalmente de Angola e Moçambique) e depois sobretudo como migração económica (embora os motivos políticos e os conflitos tenham sempre mantido a relevância) (Baganha, 2009).

Ao longo do tempo, embora os fluxos dos PALOP para Portugal nunca tenham cessado, tornaram-se gradualmente menores. Hoje em dia, como consequência dos fluxos do passado, **Portugal é um dos três principais destinos de todos os países africanos lusófonos**, excepto Moçambique, e é **uma das três principais origens**, excepto para a Guiné-Bissau (Tabela 2). Para além disso, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe mantêm estreitas relações migratórias entre si, na sequência das ligações iniciadas durante o período colonial (Tabela 2).

Conforme enunciado pela teoria dos sistemas migratórios, **esta estrutura comum não impede a integração noutros sistemas migratórios**. Isto ocorre com Portugal (Baganha, 2009) e com outros países lusófonos, que enviam e recebem migrantes de outras partes do mundo. Em alguns casos, como por exemplo no caso de Moçambique, as ligações com outros sistemas migratórios (neste caso, o da África do Sul) explicam a maioria dos fluxos.

As perspectivas para o séc. XXI afastam-se bastante das do passado. A par da redução dos fluxos para Portugal, uma mudança substancial é a situação em Angola. A recente prosperidade económica deste país alterou o seu estatuto migratório. No sistema lusófono, a corrente migratória com Portugal foi invertida: enquanto os fluxos de Angola para Portugal desvaneceram gradualmente, o número de portugueses que foram viver para Angola disparou na última década, alterando completamente a relação migratória entre os dois países.³ Angola também está a atrair cada vez mais migrantes de outros países africanos e de outros locais do mundo.

Angola merece especial atenção, tendo-se tornado um importante país de imigração na região

Fluxos de remessas

Como consequência de diferentes padrões de migração, as remessas também variam, tendo em conta o respectivo volume, impacto e países envolvidos (Tabela 3 e Gráficos 4 a 6). Devido às limitações dos dados, particularmente relevantes quando se estudam as remessas no contexto africano ([Melde e Schicklinski, 2011](#)), os valores disponíveis são sobretudo indicativos.

3 Consultar o Observatório da Emigração (<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/home.html>). Infelizmente, não estão disponíveis dados relativos ao regresso de cidadãos angolanos.

Tabela 3: Países africanos lusófonos: principais dados sobre remessas

	Fluxos de entrada, 2007			Fluxos de saída, 2007	
	Milhões de USD	Per capita, USD	Principal origem	Milhões de USD	Por migrante, USD
Angola	--	--	--	603	10,695
Cabo Verde	139	262	Europa (62%)	6	537
Guiné-Bissau	29	17	Europa (80,5%)	5	280
Moçambique	99	5	Europa (34%)	45	111
São Tomé e Príncipe	2	13	Europa (90,5%)	1	92

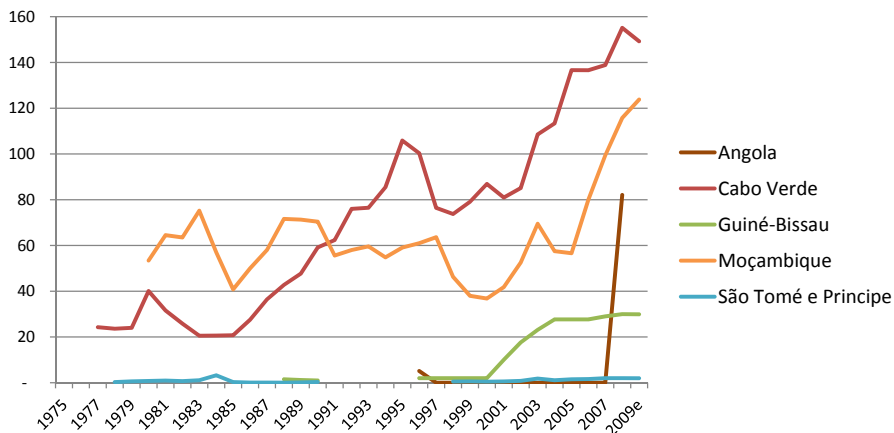
Fonte: Banco Mundial e PNUD 2009.

Os fluxos de entrada e de saída de remessas diferem bastante nos países africanos lusófonos como consequência dos padrões de migração dominantes

Quer sejam medidos por volume total ou per capita, **os fluxos de entrada, de saída e os fluxos líquidos de remessas diferem bastante.** Considerando o volume total (Gráficos 4 a 6), os fluxos líquidos são positivos e, de um modo geral, estão a aumentar em todos os países excepto Angola, país onde os fluxos estão a mostrar-se cada vez mais negativos.⁴ Considerando os valores per capita (Tabela 3), os fluxos de entrada diferem de 5 USD em Moçambique a 262 USD em Cabo Verde. O fluxo de saída, por migrante, difere de 92 USD em São Tomé e Príncipe a 10 695 USD em Angola. Isto significa que, apesar de a maior parte dos países lusófonos se destacar como países receptores de remessas clássicos, sendo Cabo Verde o caso mais exemplar, o papel de Angola como país de envio de remessas está a aumentar.

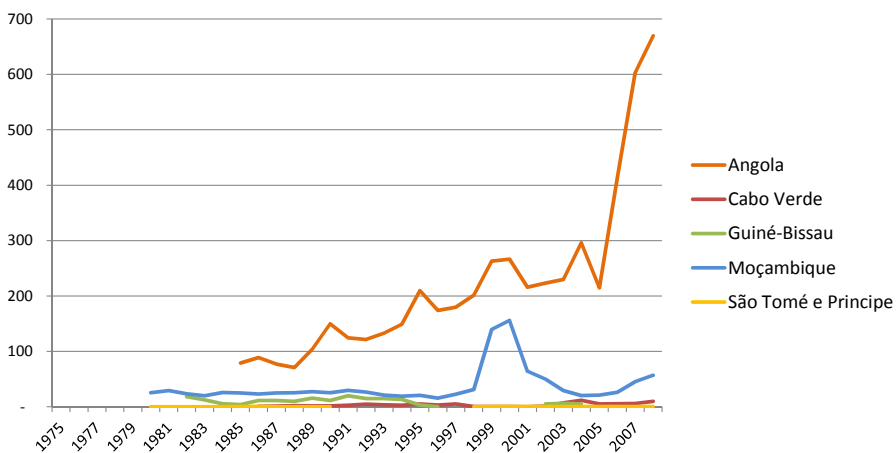
⁴ Tendo em conta a falta de dados do Banco Mundial (2010) relativamente aos fluxos de entrada de remessas para Angola, apenas disponíveis para 1996 e 2008 (Gráfico 4), as estimativas de fluxos de remessas líquidos neste país apenas são calculadas para os dois anos referidos (Gráficos 6 e 8). É de referir que as estimativas relativas aos fluxos de entrada de remessas para Angola são problemáticas, uma vez que os valores indicados pelo Banco Mundial são muito inferiores aos indicados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) (citado por Alvarez Tinajero, 2010: 78): o Banco Mundial indica um valor de 82 milhões de USD, representando 0,1% do PIB do país, em 2008, ao passo que o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) indica um valor geral de 969 milhões de USD, representando 2% do PIB do país, em 2007.

Gráfico 4: Fluxos de entrada de remessas (milhões de USD), 1975–2009

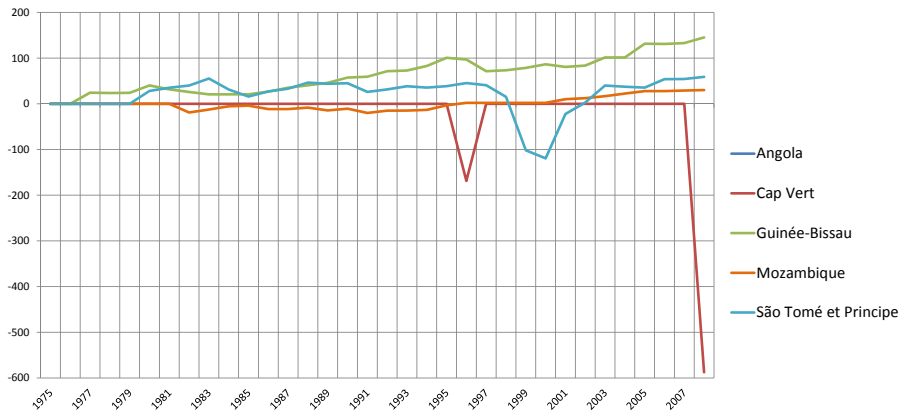


Fonte: Banco Mundial, 2010.

Gráfico 5: Fluxos de saída de remessas (milhões de USD), 1975–2008



Fonte: Banco Mundial, 2010.

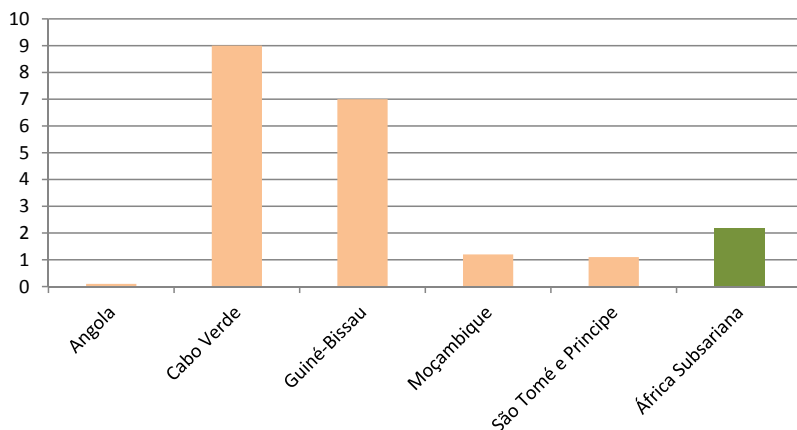
Gráfico 6: Fluxos líquidos de remessas (milhões de USD), 1975–2008

Fonte: Banco Mundial, 2010.

No que diz respeito à **principal origem das remessas (Tabela 3), a Europa é a mais relevante**, representando 62% dos fluxos em Cabo Verde, 80% na Guiné-Bissau, 34% em Moçambique e 90% em São Tomé e Príncipe (Banco Mundial e PNUD 2009). Não estão disponíveis dados sobre a origem das remessas para Angola. Portugal destaca-se como o principal país europeu de origem dos fluxos, embora os imigrantes africanos estejam longe de ser os principais remetentes de remessas deste país.⁵ A pouca representatividade das remessas destes imigrantes em Portugal, comparada com a sua proporção na população imigrante total, sugere uma propensão muito menor para o envio de remessas ou, mais provavelmente, uma utilização limitada dos canais formais, tendo em conta a escassez e os custos associados (Tolentino *et al.*, 2008; Alvarez Tinajero, 2010). **Dos países africanos lusófonos, Moçambique é o mais envolvido na migração Sul-Sul, sendo que uma grande parte das remessas provém da África do Sul.**

Em proporção do PIB, as remessas representam mais de 9% em Cabo Verde e apenas 0,1% em Angola (Gráfico 7). **Outro aspecto importante** no que diz respeito aos diferentes montantes das remessas **é a relação diferente de cada moeda nacional** – cuanza, escudo cabo-verdiano, franco, metical, dobra – **com o USD.**

5 Esta posição pertence, de longe, ao Brasil, que conta com mais de metade das remessas, apesar de contar com uma proporção muito menor de imigrantes (cerca de um quarto em 2010) (consultar Peixoto e Marques, 2006).

Gráfico 7: Remessas em proporção do PIB, 2008 (%)

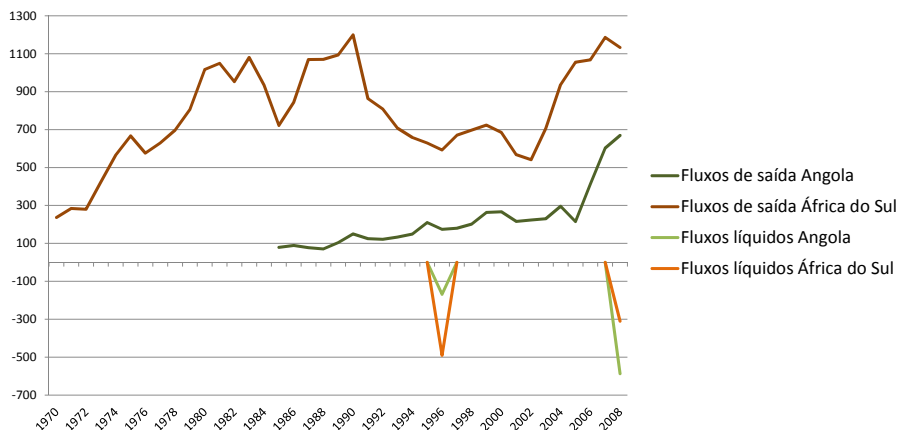
Fonte: Banco Mundial, 2010.

A investigação relativa ao impacto das remessas sobre o desenvolvimento ainda é limitada. Alguns dos estudos disponíveis são sobre Cabo Verde (Tolentino *et al.*, 2008), Guiné-Bissau (Có, 2004; Carreiro, 2007; Quintino, 2010) e Angola (Alvarez Tinajero, 2010). No caso de Cabo Verde e Angola, as principais conclusões coincidem com as de outros países africanos: as remessas são uma das ligações transnacionais mais importantes entre as diásporas e o país de origem, ocorrendo sobretudo no âmbito familiar; constituem um importante suporte financeiro para muitas famílias, sendo utilizadas sobretudo nas despesas quotidianas, no ensino e na saúde; a sua utilização na estrutura produtiva continua a ser limitada; e o recurso aos canais informais é considerável, ocorrendo por vezes com metade dos migrantes. O caso da Guiné-Bissau destaca-se pelo papel mais importante dos agentes colectivos, uma vez que uma elevada fracção das remessas é canalizada por associações de imigrantes (*hometown associations*), geralmente ligadas a grupos étnicos específicos, permitindo um impacto positivo (embora ligeiro) sobre o desenvolvimento local.

De um modo geral, o debate relativo ao impacto mútuo da migração e do desenvolvimento ainda é recente na maior parte dos países africanos lusófonos (consultar Forum Gulbenkian Imigração, 2007). A situação em Cabo Verde parece ser a melhor documentada, uma vez que existe uma longa tradição de práticas transnacionais e políticas relacionadas com a migração, dirigidas às diásporas e às remessas (consultar, por exemplo, Góis, 2008).

Para concluir, **a situação de Angola entre os países africanos lusófonos merece uma atenção particular**, uma vez que o país está a tornar-se **um importante país de destino de imigrantes**, uma situação outrora limitada à África do Sul no Centro e no Sul do continente. Este novo estatuto migratório reflecte-se na evolução dos fluxos de saída e nos fluxos líquidos de remessas em ambos os países (Gráfico 8).

Gráfico 8: Fluxos de saída e fluxos líquidos de remessas (milhões de USD), 1975–2008 - Angola e África do Sul



Fonte: Banco Mundial, 2010.

As remessas oriundas de Angola têm de ser estudadas mais profundamente, sendo necessário investigar as actuais mudanças ao nível económico, social e político verificadas no país para compreender o respectivo impacto sobre a migração e as remessas

É necessário investigar o impacto das recentes mudanças ao nível económico, social e político em Angola, incluindo a elevada taxa de crescimento económico, sobre a migração e as remessas. Embora os fluxos de entrada de remessas tenham sido estudados (Alvarez Tinajero, 2010), não se sabe muito sobre as características dos fluxos de saída (quem envia dinheiro, para onde e porquê). Trabalhos anteriores colocaram como hipótese que **o volume substancial de remessas para o exterior pode resultar, em parte, dos lucros elevados da indústria da exploração mineira** (Melde et Schicklinski, 2011). Existem dados que apontam para o facto de outra parte **dos fluxos de saída resultar da migração para Angola de**

trabalhadores e profissionais qualificados de países da Europa e outros.








Os dados disponíveis no website do Observatório da Emigração de Portugal⁶ indicam que, em 2009, a quantia em dinheiro enviada pelos imigrantes angolanos em Portugal para o país de origem era 8,4 vezes inferior à quantia enviada pelos portugueses em Angola para Portugal: a quantia relativa ao primeiro caso corresponde a 12,3 milhões de Euros, ao passo que a quantia relativa ao segundo corresponde a 103,5 milhões de Euros.

3. Notas finais

África vive entre a tradição antiga do movimento livre de pessoas e a tentativa actual de regular e mapear os movimentos, tanto para fora do continente (imposta pelas políticas de imigração dos países de acolhimento) como no interior do continente (levada a cabo pelos governos nacionais, para compreender melhor a migração e beneficiar dos seus impactos sobre o desenvolvimento).

No caso africano, a heterogeneidade prevalece: o estatuto migratório internacional dos países específicos varia, bem como a motivação para os fluxos. Até ao momento, as remessas tiveram um impacto limitado sobre o desenvolvimento, tendo em conta o volume reduzido (apesar de um fluxo informal significativo) e a utilização escassa para efeitos produtivos. No entanto, ao nível microeconómico, as remessas são decisivas para o bem-estar de muitas famílias.

No futuro, ao considerar **os fluxos migratórios Sul-Sul**, o debate deve centrar-se em:

-  Esforços **concretos para melhorar e harmonizar os sistemas de informação**
-  **Diásporas** em África
-  **Coordenação das políticas de migração** entre países e sub-regiões
-  Integração da **migração nas estratégias de desenvolvimento**, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP)
-  **Coerência** entre estratégias, políticas e acções
-  **Barreiras geográficas e institucionais** aos serviços financeiros
-  **Melhoria** do **ambiente social, económico e político.**

6 <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/home.html>.

Nos países africanos lusófonos, existem várias diferenças nas tendências de migração internacional e de remessas, apesar das semelhanças com o contexto geral africano e a integração comum – embora parcial – no sistema de migração lusófono (Baganha, 2009).

A este respeito, deve estabelecer-se uma distinção considerável entre:

- 🌿 **Cabo Verde**, com uma longa tradição de emigração, bem como aprendizagem de políticas relacionadas com as diásporas e remessas, e onde a imigração está a começar a ocorrer
- 🌿 **Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe**, com um elevado impacto da emigração
- 🌿 **Moçambique**, o país mais inserido nos fluxos de migração intra-regionais africanos
- 🌿 **Angola**, que pode tornar-se uma importante região atractiva no continente.

No contexto lusófono africano, o debate deve centrar-se em:

- 🌿 **Melhoria e harmonização dos sistemas de informação**
- 🌿 **Experiências específicas** de cada um dos países em causa
- 🌿 Possibilidade de **mudanças na migração** (contextos de envio, recepção e trânsito)
- 🌿 **Adaptação de políticas** e instituições às necessidades específicas
- 🌿 **Coordenação de políticas de migração**, em cada sub-região, nos países africanos lusófonos, na CPLP, e nos principais países de origem e de envio
- 🌿 Integração da **migração e das remessas nas estratégias de desenvolvimento**
- 🌿 **Melhoria do ambiente social, económico e político.**

4. Outra documentação

Adepoju, A.

- 2005 “Migration in West Africa”. Regional Studies, Global Commission on International Migration. Lagos.

Alvarez Tinajero, S.

- 2010 *Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa*. IOM Migration Research Series, No. 39, OIM, Genebra.

Amin, A.

- 2008 “OIM, IDEP and Trustafrica Workshop on Migration and Economic Development in Africa: Summary Conclusions with Recommendations”. Senegal.

Arnfred, S. e M. Utas

- 2007 “Re-thinking Africa: a contribution to the Swedish government white paper on Africa”. The Nordic Africa Institute. Uppsala.

Baganha, M. I.

- 2009 “The Lusophone migratory system: patterns and trends”, *International Migration*, 47 (3): 5–20.

Bakewell, O.

- 2007 “Keeping them in their place: the ambivalent relationship between migration and development in Africa”, *IMI Working Papers* 8, University of Oxford.

Banco Mundial

- 2010 *The Migration and Remittances Factbook 2011*, Migration and Remittances Unit, World Bank, Washington, D.C. <http://go.worldbank.org/QGUCPJTOR0>.

Carreiro, M. J.

- 2007 “Dinâmicas transnacionais protagonizadas por associações de imigrantes guineenses em Portugal”, *CIES e-Working Paper* 26/07, ISCTE, Lisboa.

Comissão Económica dos Estados da África Ocidental

- 1993 Secretariado executivo “Tratado revisto”. Abuja.

Có, J. B.

- 2004 “As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense”. *SOCIUS Working Papers* 12/2004, ISEG, Lisboa.

Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas

- 2005 *World Migrant Stock: The 2005 Revision*

Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas

- 2009 *International Migration 2009*

Forum Gulbenkian Imigração

- 2007 *Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP – As Diásporas como Agentes para o Desenvolvimento*. OIM, IPAD, Fundação Calouste Gulbenkian, ACIME. Lisboa.

Góis, P. (ed.)

- 2008 *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da imigração Cabo-Verdiana*, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Lisboa.

Jonsson, G.

- 2009 “Comparative report: African migration trends”, IMI, University of Oxford.

Kritz, M. M., L. L. Lim e H. Zlotnik (ed.)

- 1992 *International Migration Systems. A Global Approach*. Clarendon Press, Oxford.

Lucas, R.

- 2006 “Migration and economic development in Africa: a review of evidence” *Journal of African Economies*, volume 15, suplemento 2. Oxford University Press. Oxford.

Melde, S. e J. Schicklinski

- 2011 “Remessas nos países da África, das Caraíbas et do Pacífico”, *Nota de informação n.º 2 do Observatório das Migrações ACP*, Março de 2011. <http://www.acpmigration-obs.org/node/80>.

Ndiaye, M. e N. Robin

- 2010 «Les migrations internationales en Afrique de l’Ouest : une dynamique de régionalisation articulée à la mondialisation », *IMI Working Papers* 23, University of Oxford.

Organização Internacional para as Migrações

- 2008 *World Migration 2008: Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy*. OIM, Genebra

Peixoto, J. e A. V. Marques

- 2006 *Análise do Mercado de Remessas Portugal/Brasil*. CESO/CI e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Lisboa.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Governo do Gana

- 2007 *Regional Consultation on Migration, Remittances and Development in Africa – Final report*. Accra.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

- 2009 *Relatório de Desenvolvimento Humano* [edição portuguesa]. Edições Almedina. Coimbra.

Quintino, M. C.

- 2010 “Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta”, *Migrações*, 6: 81-102.

Shaw, W.

- 2007 “Migration in Africa: a review of the economic literature on international migration in 10 countries”. Development Prospects Group, World Bank. Washington DC.

Tolentino, A., C. Rocha e N. Tolentino

- 2008 *A Importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde*, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Lisboa.

Tolentino, N.

2009 “Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano”. *SOCIUS Working Papers* 09/2009, ISEG, Lisboa.

África Oriental
 África Central
 África Austral
 Caribe
 Haiti
 saúde
 formação
 Timor-Leste
 diásporas
 base de dados
 Senegal
 trabalho
 África Oriental
 Sul-Sul
 desenvolvimento
 República Democrática do Congo
 estatísticas
 África Ocidental
 direitos
 Camarões
 tráfico de pessoas
 deslocamento
 urbanização
 Papua Nova Guiné
 Lesoto
 Quênia
 Meio ambiente
 integração
 migração
 remessas
 gênero
 Pacífico
 Angola
 retorno
 observatório

Observatório ACP das Migrações

20, rue Belliardstraat (7º andar)

1040 Bruxelas - Bélgica

Tel.: +32 (0)2 894 92 30 - Fax: +32 (0)2 894 92 49

ROBrusselsACP@iom.int - www.acpmigration-obs.org



Uma iniciativa do Secretariado ACP, financiada pela União Europeia,

implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA

